

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Vitório Júnior – PP
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – LEIS

2 – ATAS

2.1 – 25ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear a memória do ex-presidente Juscelino Kubitschek, por ocasião dos 50 anos de sua morte

2.2 – Comissões

3 – ORDENS DO DIA

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

4.1 – Comissões

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



LEIS

LEI Nº 26.042, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Declara de utilidade pública a Sociedade dos Amigos do Tabuleiro – SAT –, com sede no Município de Conceição do Mato Dentro.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Sociedade dos Amigos do Tabuleiro – SAT –, com sede no Município de Conceição do Mato Dentro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 10 de agosto de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

LEI Nº 26.043, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Protetores dos Animais Abandonados do Município de Ilícinea – S.O.S. Amigos de 4 Patas, com sede no Município de Ilícinea.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Protetores dos Animais Abandonados do Município de Ilícinea – S.O.S. Amigos de 4 Patas, com sede no Município de Ilícinea.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 10 de agosto de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

LEI Nº 26.044, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação de Apoio aos Pacientes Oncológicos de Iapu e Região, com sede no Município de Iapu.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Apoio aos Pacientes Oncológicos de Iapu e Região, com sede no Município de Iapu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 10 de agosto de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

LEI Nº 26.045, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Consórcio Intermunicipal do Abrigo Institucional Aninha Gomes, com sede no Município de Turmalina.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Consórcio Intermunicipal do Abrigo Institucional Aninha Gomes, com sede no Município de Turmalina.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 10 de agosto de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

LEI Nº 26.046, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Declara de utilidade pública o Instituto Evandro Ribeiro, com sede no Município de Juiz de Fora.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Evandro Ribeiro, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 10 de agosto de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

LEI Nº 26.047, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento dos Pequenos Trabalhadores Rurais de Vila União em Fazenda Brejão, com sede no Município de Patis.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento dos Pequenos Trabalhadores Rurais de Vila União em Fazenda Brejão, com sede no Município de Patis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 10 de agosto de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

LEI Nº 26.048, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Comunidade Vale do Amanhecer, com sede no Município de Formoso.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Comunidade Vale do Amanhecer, com sede no Município de Formoso.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 10 de agosto de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

LEI Nº 26.049, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação de Catadores de Material Reciclável de Santos Dumont, com sede no Município de Santos Dumont.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Catadores de Material Reciclável de Santos Dumont, com sede no Município de Santos Dumont.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 10 de agosto de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

LEI Nº 26.050, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Medalha Lô Borges.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica instituída a Medalha Lô Borges, a ser concedida a pessoas físicas e grupos que se destaquem na criação, produção, difusão e preservação da música popular no Estado.

§ 1º – A medalha de que trata esta lei será concedida nas seguintes categorias, dentre outras definidas em regulamento:

I – criação e composição musical;

II – interpretação e performance;

III – produção musical e fonográfica;

IV – inovação e experimentação sonora;

V – trajetória e contribuição cultural;

VI – difusão, formação e educação musical.

§ 2º – A concessão da medalha de que trata esta lei observará como critérios o mérito cultural, a relevância artística e a contribuição para a música popular no Estado, assegurada a valorização da diversidade regional, de gênero, racial e geracional, nos termos de regulamento.

Art. 2º – A medalha de que trata esta lei será concedida anualmente, pelo Governador do Estado, em solenidade oficial, preferencialmente em data vinculada a eventos ou celebrações da música popular no Estado.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 10 de agosto de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

LEI Nº 26.051, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Comenda Helena Antipoff.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica instituída a Comenda Helena Antipoff.

Art. 2º – A comenda de que trata esta lei será concedida a pessoas físicas ou jurídicas que tenham se destacado pela realização de ações para a inclusão de pessoas com deficiência, observados os seguintes critérios:

I – abrangência das ações a que se refere o *caput*, consideradas a quantidade de beneficiados por essas ações e a extensão geográfica de seu alcance;

II – inovação e criatividade das ações a que se refere o *caput*;

III – efetividade das ações a que se refere o *caput*, considerados os resultados alcançados e as mudanças geradas;

IV – contribuição para a mudança de paradigmas e a promoção da inclusão social.

Art. 3º – A comenda de que trata esta lei será entregue, anualmente, pelo Governador do Estado, em cerimônia realizada no dia 21 de setembro, em alusão ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Art. 4º – A comenda de que trata esta lei será administrada por comitê a ser designado pelo Governador do Estado.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 10 de agosto de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

LEI Nº 26.052, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Declara de utilidade pública o Laprata Esporte Clube, com sede no Município de Lagoa da Prata.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Laprata Esporte Clube, com sede no Município de Lagoa da Prata.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 10 de agosto de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

LEI Nº 26.053, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Altera a Lei nº 15.979, de 13 de janeiro de 2006, que cria a Estação Ecológica do Cercadinho e dá outras providências.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica acrescentado à Lei nº 15.979, de 13 de janeiro de 2006, o seguinte art. 4º-C:

“Art. 4º-C – Fica autorizada a utilização da área da Estação Ecológica do Cercadinho abrangida pela Cláusula 1ª do Termo de Acordo Preliminar firmado em 25 de junho de 2024 entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a União, o Município de Belo Horizonte, o Município de Nova Lima, o Estado de Minas Gerais, a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e o IEF e homologado em 28 de junho de 2024, no âmbito da Ação Civil Pública nº 1010301-98.2022.4.01.3800, com as finalidades de criação de áreas verdes urbanas e de conservação da linha férrea do antigo Ramal Ferroviário de Águas Claras, reconhecido como patrimônio histórico e cultural, também admitidas soluções pontuais de mobilidade urbana, mediante prévia aprovação do órgão responsável pela administração da Estação Ecológica do Cercadinho, sem prejuízo da necessidade de licenciamento ambiental e de outras exigências legais e observados os pré-requisitos de utilidade pública e de interesse social.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 10 de agosto de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 25ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/8/2026

Presidência do Deputado Roberto Andrade

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras da Deputada Maria Clara Marra – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Antônio Marcos Nohmi – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem a deputada e o deputado:

Maria Clara Marra – Roberto Andrade.

Abertura

O presidente (deputado Roberto Andrade) – Às 19h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das quatro reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

A locutora – Destina-se esta reunião a homenagear a memória do ex-presidente Juscelino Kubitschek, por ocasião dos 50 anos de sua morte.

Composição da Mesa

A locutora – Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Antônio Marcos Nohmi, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; a Exma. Sra. desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta, representando o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Vicente de Oliveira Silva; os Exmos. Srs. Eduardo Brandão de Azeredo, governador do Estado no período de 1995 a 1999; Serafim Melo Jardim, fundador e presidente do Museu Casa de JK, em Diamantina; e José Carlos Serufo, presidente emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, representando a Academia Mineira de Medicina de Minas Gerais; e a Exma. Sra. deputada Maria Clara Marra, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

A locutora – Gostaríamos de agradecer e registrar as presenças de Gabriel de Almeida Silva Júnior, vice-presidente da Associação Médica de Minas Gerais; do Prof. Dr. Adriano da Silva Ribeiro, representando a reitoria da universidade Fumec; de Jordani Campos Machado, do Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais – Sinmed-MG; do Ten. Douglas Constantino Fernandes, representando o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; e de Acir Antão, jornalista. Gostaríamos de agradecer aos prefeitos presentes nesta reunião. Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

De acordo com a legislação em vigor, em especial a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 23.760, de 2 de março de 2026, que estabelece o calendário eleitoral das eleições 2026, lembramos às deputadas e aos deputados, convidados e participantes de reuniões e eventos de qualquer natureza promovidos por esta Casa a proibição de pronunciamentos que abordem temas eleitorais e/ou caracterizem pedido de votos, bem como a restrição do uso de materiais alusivos a campanhas eleitorais.

Execução do Hino Nacional

A locutora – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo violonista clássico Celso Farias.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

A locutora – Assistiremos agora a um vídeo sobre JK.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras da Deputada Maria Clara Marra

Boa noite a todos. Não, gente, esta não é a alegria do Juscelino, não! Boa noite, gente! Estou muito feliz de estar aqui, neste momento tão importante, com cada um de vocês. Presidente, a mim foi confiada a árdua missão de resumir os 50 anos em 5 minutos.

Eu quero agradecer-lhe a oportunidade de também homenageá-lo, a oportunidade de receber tantas pessoas que cuidam, com muito esmero, da memória do nosso povo, da memória da nossa política em tempos de tanta superficialidade, de tanta banalização, de tanta liquidez dos fatos. Realmente fico muito feliz por poder estar aqui na sua companhia, na companhia de uma pessoa que, como brinco, é o nosso ministério da verdade. Ao contrário do que diz a distopia de Orwell de 1984, é sim uma pessoa que cuida das nossas fontes, uma pessoa que cuida, com carinho, dos fatos históricos. Então, parabéns pela missão que o senhor assume à frente do instituto.

Quero cumprimentar, de forma muito especial, o nosso deputado, presidente Roberto Andrade. Obrigada pela oportunidade de presidir esta reunião. Na sua pessoa, quero cumprimentar o nosso presidente da Assembleia, deputado Tadeuzinho. Sem dúvida nenhuma, daqui a alguns anos, nós também veremos grandes feitos desta Casa Legislativa, sob a condução dele, jovem, dialógico, eternizados nas palavras e nas obras guardadas pelo Instituto Histórico e Geográfico. Quero cumprimentar ainda o nosso presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Vicente de Oliveira, aqui muito bem representado pela Sra. Desembargadora Ana Paula Nannetti. Muito obrigada pela oportunidade de compartilhar este momento tão importante com a senhora. Quero cumprimentar também o meu correligionário de partido, conhecido e lembrado pela política pragmática, o nosso eterno governador Eduardo Azeredo, que muito nos honra pela sua presença, pela sua história e pelo seu carinho com o instituto. Quero cumprimentar, de forma muito especial, uma pessoa que nos recebeu lá em Diamantina: o Sr. Serafim não deve se lembrar de mim, porque fui uma das milhares de pessoas a quem ele teve a oportunidade de ensinar na Casa de Juscelino. Estou muito feliz e honrada com a presença do senhor aqui hoje, nosso fundador e presidente do Museu Casa de Juscelino Kubitschek, em Diamantina. Quero cumprimentar, de forma muito especial também, o Sr. José Carlos Serufo, presidente emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, representando a Academia Mineira de Medicina. E agora, de forma especial, na pessoa do já cumprimentado, do já mencionado presidente Antônio Marcos, quero cumprimentar cada um de vocês, membros entusiastas dessa atividade tão bonita desenvolvida pelo instituto.

Esta reunião se destina, com muito carinho e admiração, a homenagear a memória do ex-presidente Juscelino Kubitschek, por ocasião dos 50 anos da sua morte. Nós estamos falando de um humilde cidadão de Diamantina, nascido no interior de Minas, no século passado, que deixou um legado que influencia até hoje a política de Minas e a política do Brasil.

Órfão de pai e criado desde os três anos de idade apenas pela mãe, uma professora primária, dedicou-se com rigor à leitura, à disciplina e aos estudos. Ingressou no Seminário de Diamantina, com a certeza de que essa era a única opção de ensino secundário de qualidade disponível para jovens de pouca posse, como era a sua realidade à época. Ousado, seguiu para a Faculdade de Medicina de Minas Gerais, carreira associada às elites, e cursou, com dedicação, uma graduação complexa, ao mesmo tempo que trabalhava como telegrafista nos turnos da noite e da madrugada para conseguir se sustentar em Belo Horizonte. Mesmo privado de sono e de descanso, dividindo o quarto em pensões, estudando de dia e trabalhando de noite, formou-se no tempo regular e logo começou a atuar na Santa Casa de Misericórdia. Seus traços de determinação e clareza de objetivos se fizeram ainda mais evidentes quando se organizou para cursar a pós-graduação em urologia em Paris e Berlim, tendo conseguido consolidar-se como um grande especialista aqui, na capital mineira.

Sua guinada para a vida pública aconteceu de forma natural, quando exercia com maestria a medicina. A vida tem dessas coisas. A atuação como oficial-médico do Hospital da Polícia Militar de Minas Gerais fez com que, durante a Revolução Constitucionalista de 1932, Juscelino fosse enviado para a divisa entre Minas e São Paulo, na região do Túnel da Mantiqueira, para cuidar dos soldados feridos no conflito. Nesse cenário, a sua competência, aliada à sua postura e ao seu carisma, chamaram a atenção das autoridades políticas que o acompanhavam, o que lhe rendeu, no ano seguinte, um convite para a chefia do Gabinete Civil do então interventor do Estado, Benedito Valadares. Tal qual toda a sua trajetória até então, a sua entrada na vida pública foi marcada por eficiência e dedicação. Isso fez com que, já no ano seguinte, fosse eleito deputado federal; após, foi nomeado prefeito de Belo Horizonte e, posteriormente, foi eleito governador de Minas. Por fim, chegou à Presidência da República.

Nesta solenidade em que homenageamos a sua memória, a sua governança é um paradigma para encarmos os desafios estruturais que o Brasil ainda enfrenta, especialmente quando se fala em planejamento de médio e longo prazo, integração territorial e fortalecimento das nossas instituições democráticas. A cultura do diálogo, o compromisso com o Estado de Direito, o respeito aos opositores políticos e a defesa da liberdade de imprensa são exemplos de que grandes transformações estruturais devem ser conduzidas dentro da legalidade democrática. O idealismo sobre o crescimento econômico foi sustentado por metas claras e coordenadas entre setor público e iniciativa privada, fazendo do seu Plano de Metas um projeto de execução rigoroso, com investimentos em setores essenciais para o desenvolvimento, como energia, transporte e indústria de base.

A mudança do eixo político do nosso país para o Planalto Central foi fundamental para a integração e para a descentralização nacional, impulsionando a abertura de rodovias de grande porte, que alteraram, em definitivo, o fluxo da riqueza, interiorizando o desenvolvimento, povoando regiões isoladas e conectando os diversos eixos econômicos do Brasil. Não há como falar em redução de desigualdades regionais e sociais sem combater as disparidades que a falta de integração nacional trazia, uma vez que, naquela época, todas as grandes decisões eram concentradas no Sudeste brasileiro.

A coragem de construir Brasília e fazer com que a marcha do desenvolvimento se deslocasse pelo Cerrado e pelo sertão brasileiro só poderia vir de um contemporâneo e amigo de Guimarães Rosa. “O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.” “Sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte que o lugar.” “Viver é negócio muito perigoso.” Por falar em Guimarães Rosa, não podemos esquecer a bagagem cultural de Juscelino, que fez com que nossa arquitetura e urbanismo fosse internacionalmente conhecida pela qualidade, originalidade, identidade. Ainda hoje nos enche de orgulho falar sobre Lúcio Costa, Athos Bulcão, Candido Portinari e Niemeyer, eternizados no Complexo Arquitetônico da Pampulha e em Brasília.

E revendo as passagens da vida de Juscelino, podemos perceber o quanto sua atuação pública ainda influencia o desenvolvimento da política mineira. Ora, como constituinte de 1946, Juscelino atuou fortemente para o fortalecimento do pacto federativo, notadamente pela autonomia financeira dos municípios, defendendo propostas que garantiam a arrecadação municipal e a redistribuição de tributos federais para incentivar o desenvolvimento das diversas regiões. Aliás, seu desenvolvimentismo pragmático revelou na Constituição as garantias civis e políticas e um fazer estatal que serviria como instrumento indutor do crescimento econômico, coordenando grandes obras de infraestrutura, que, mais tarde, transparecem no seu Plano de Metas da Presidência, especialmente nas áreas de energia, transporte e industrialização.

Com sua contribuição, a Carta de 1946, ao tratar da Ordem Econômica e Social, alinhou-se a teses exitosas que previam a convivência harmônica entre o capital nacional, a iniciativa privada e o capital estrangeiro, com a devida mediação regulatória do Estado. Foi essa estrutura jurídica que possibilitou que, ao longo da década seguinte, grandes montadoras e indústrias viessem para o nosso país. Tudo isso só foi possível pela sua capacidade de mediação política e pelo trânsito entre diferentes correntes partidárias, que garantiam um consenso pragmático, em vez de se apegar a debates ideológicos inflamados. O que ele conseguiu foi viabilizar grandes acordos executivos, consolidando seu estilo conciliador de liderança e de quem realmente alcança aquilo que se propõe como homem público.

Hoje estamos reunidos na Casa do povo mineiro, no Plenário Juscelino Kubitschek, para homenagear a memória desse grande político mineiro. Estamos caminhando para o fim de uma legislatura que ficou marcada pelo diálogo, pelo avanço em importantes pautas econômicas e sociais para Minas Gerais, e poder homenagear o legado de JK faz passar um filme na mente de cada um de nós deputados sobre como, mesmo que indiretamente, sua atuação ainda nos pauta. Estudar o nosso passado contribui para entender as nossas raízes e nos permite apurar o nosso futuro. Por isso, esta homenagem será entregue ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais que, desde 1907, cuida da nossa memória, dos nossos arquivos, dos nossos documentos. Agradeço a cada um dos membros dessa importante associação que prioriza dividir seus conhecimentos com a sociedade e dedica tempo voluntariamente pela preservação do nosso acervo material e imaterial, em prol de uma formação educativo-cultural embasada na

ética, na verdade e na justiça. Que a memória de Juscelino continue nos guiando em sábias decisões e que sempre nos lembre de que as grandes transformações nascem da coragem, do compromisso e do diálogo democrático, além da fé inabalável no trabalho a serviço do povo mineiro.

Parabéns a todos os membros desse instituto. Em seu nome, Dr. Antônio, parabéns pela coragem de cuidar da memória coletiva. Sr. Serafim, de nada adiantaria Deus ter escrito com linhas douradas o destino do menino Juscelino se não pudéssemos hoje confiar em quem cuidasse dessa memória, para que sirva de fato como embasamento aos que hoje aqui se colocam. Então a cada um de vocês o meu muito obrigada. Parabéns.

Entrega de Placa

A locutora – O deputado Roberto Andrade, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite, e a deputada Maria Clara Marra farão agora a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Exmo. Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Antônio Marcos Nohmi. A placa contém os seguintes dizeres: “Cinquenta anos após a morte de Juscelino Kubitschek, o ex-presidente continua sendo lembrado como um líder que ajudou a transformar o Brasil. O governo que ele conduziu marcou a história pelo incentivo ao desenvolvimento econômico, pela expansão da infraestrutura e pela confiança no futuro nacional. Ao idealizar Brasília e estimular a modernização do País, JK fortaleceu a identidade brasileira e o sentimento de pertencimento a um projeto coletivo, com a defesa intransigente da estabilidade democrática, do diálogo e da conciliação, o que ficará para sempre em nossa memória, especialmente com o trabalho incansável realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, que preza por manter os registros dessa história. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ao rememorar os 50 anos da morte de Juscelino Kubitschek, rende esta justa homenagem a um dos maiores nomes da vida pública brasileira”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavra do Sr. Antônio Marcos Nohmi

Cumprimento o Exmo. Sr. Deputado Roberto Andrade, que representa, nesta solenidade, o presidente desta Casa, o querido amigo deputado Tadeu Leite; a Exma. Sra. Deputada Maria Clara Marra, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem e uma das deputadas mais atuantes na defesa das causas da cultura de Minas Gerais. Apesar da sua jovialidade, confesso que, com o recente contato que tivemos, foi uma deputada que buscou o instituto com uma das pautas mais nobres: a de defender a memória e a história de Minas Gerais. Muito obrigado pelo seu trabalho e parabéns pelo que vem desempenhando nesta Casa Legislativa. Também cumprimento a Exma. Sra. Desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta, que representa o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Vicente de Oliveira Silva, que, com uma alegria e uma coincidência muito grandes, passou por Diamantina e, naquela linda terra, representou o nosso Tribunal de Justiça; o Exmo. Sr. ex-Governador do Estado de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, meu confrade e um dos maiores governadores que Minas Gerais já teve, um homem de bem, um homem probo, um homem que defende a cultura, um homem simples, um exemplo de político mineiro; o Exmo. Sr. Serafim Melo Jardim, fundador e presidente do Museu Casa de JK, em Diamantina, meu amigo, posso assim dizer com muita alegria, um dos homens que mais defende, que mais luta pela memória e pela conservação do legado de JK. Parabéns, Serafim, por tudo o que faz, pelo seu trabalho maravilhoso e incansável à frente da belíssima Casa de JK. É uma honra sermos mineiros e termos essa casa confiada a você. Cumprimento ainda o Exmo. Sr. Presidente emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, meu amigo José Carlos Serufo, que representa, nesta solenidade, a Academia Mineira de Medicina de Minas Gerais, um homem que é amigo da história, é amigo de Minas Gerais, um homem que sabe ser o candeeiro, portanto, das boas causas da memória de Minas Gerais. Muito obrigado por sua presença. Também gostaria de agradecer a todos os amigos, aos confrades, às confreriras e a todos os amigos de Juscelino, que aqui vieram para render homenagem à sua memória.

Permitam-me iniciar registrando, em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, o nosso profundo agradecimento à Assembleia Legislativa pela realização desta reunião especial. Ao fazê-lo, o Parlamento mineiro homenageia a memória de um dos maiores brasileiros de todos os tempos e demonstra que, na terra dos inconfidentes, ainda guardamos o bom hábito de preservar a memória daqueles que engrandecem nossa terra e nossa gente.

O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, a Casa de João Pinheiro, fundada, como bem disse a deputada Maria Clara, em 1907, é a mais antiga instituição cultural e de preservação da memória em funcionamento contínuo em Minas Gerais. Há quase 120 anos, reúne historiadores, escritores, pesquisadores e homens públicos em torno de uma missão que permanece atual: preservar a memória, proteger o patrimônio cultural e lembrar às novas gerações que nenhum povo constrói o futuro quando perde a consciência do seu passado. Afinal, o culto à memória não se alimenta apenas da saudade de tempos idos. Ela tem significado muito maior: o de reconhecer exemplos capazes de iluminar o nosso presente. É exatamente isso que fazemos nessa noite, ao recordar os 50 anos da morte do mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira. Poucos homens públicos brasileiros conseguiram reunir, numa mesma existência, a simplicidade das origens, a grandeza da obra e a permanência do seu legado.

Juscelino não nasceu cercado de privilégios. Nasceu no ano de 1902, no antigo Arraial do Tijucu, a nossa querida Diamantina, filho de João César de Oliveira, caixeiro-viajante que faleceu quando ele ainda era menino, e de D. Júlia Kubitschek, professora primária que, viúva, sustentou sozinha a família. Teve duas irmãs: Eufrosina e Maria da Conceição, mais conhecida como Naná. Pela linhagem materna, herdou as raízes da família Kubitschek, de origem tcheca, cujos antepassados se estabeleceram em Minas Gerais no século XIX. Foi naquela casa simples da Rua São Francisco, nº 241, hoje cuidadosamente preservada pelo nosso querido amigo Serafim Jardim, que se formou o caráter daquele que, mais tarde, governaria Minas e o Brasil. D. Júlia talvez seja uma das personagens mais importantes da biografia de Juscelino. Foi ela quem lhe ensinou que a educação era o maior patrimônio de um homem, que o trabalho dignifica e que nenhuma adversidade é maior do que a perseverança. Juscelino aprendeu, dentro de casa, o valor da palavra empenhada, da disciplina, da honestidade e da esperança.

Ainda jovem, ao mudar-se para Belo Horizonte, no início dos anos de 1920, continuou a viver de forma modesta em pensões estudantis e repúblicas no centro da nossa capital. Foi aprovado em concurso público para telegrafista da Repartição dos Correios e Telégrafos, em Belo Horizonte, e foi tal emprego que lhe permitiu custear os estudos de medicina. Formou-se médico em 1927, a 11ª turma da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, atual UFMG, ao lado de 19 outros colegas, entre os quais destaco Odilon Behrens e Pedro Nava. Em 1931, casou-se com Sarah Lemos, com quem teve duas filhas: Márcia e Maria Estela. Escolheu uma profissão dedicada ao cuidado da vida.

Como médico da gloriosa Polícia Militar de Minas Gerais, durante a Revolução Constitucionalista de 1932, conheceu de perto o sofrimento provocado pelos conflitos políticos. Ali percebeu que nenhuma disputa de poder pode valer mais do que a vida humana. Talvez tenha nascido, naquele momento, a convicção que o acompanharia por toda a existência: a de que a política deve servir para unir o povo; jamais para dividi-lo.

Entrou para a vida pública pelas mãos de Benedito Valadares, sem abandonar a sensibilidade do médico – do médico que escuta, do médico que acolhe e do médico que procura soluções efetivas para os problemas. Juscelino levou esse espírito para a política. Em 1934, elegeu-se como o deputado federal mais votado de Minas Gerais, cargo que exerceu até o fechamento do Congresso, com o Golpe de 1937. Em 1940, foi nomeado prefeito de Belo Horizonte. Conhecido como Prefeito Furacão, transformou a Pampulha em um dos maiores símbolos da arquitetura moderna, reunindo talentos como Niemeyer, Burle Marx, Portinari e Ceschiatti. A Pampulha representou uma nova forma de pensar as cidades, a cultura e o futuro. De 1946 a 1950, exerceu o mandato de deputado federal por Minas Gerais, mas foi no governo de Minas que Juscelino revelou plenamente sua dimensão de estadista.

Em 1951, assumiu um estado de imensas potencialidades, mas marcado por limitações estruturais. Minas possuía riquezas extraordinárias, porém carecia da infraestrutura necessária para transformá-las em desenvolvimento. Faltava energia para impulsionar

a industrialização. Faltavam estradas capazes de integrar regiões inteiras. Faltava planejamento para permitir que o crescimento econômico alcançasse todos os mineiros. Juscelino, talvez inspirado pelo que conheceu em 1930, quando, após especializar-se em urologia em Paris, viajou por diversos países da Europa e do Oriente Médio, compreendeu que governar significava preparar o futuro. Seu histórico Binômio: Energia e Transporte foi uma verdadeira transformação na visão de Estado. Fortaleceu a expansão da energia elétrica, criando a Cemig, em 1952, como um instrumento estratégico do desenvolvimento mineiro. Ampliou a malha rodoviária, incentivou a industrialização, valorizou o planejamento governamental e lançou as bases do processo de modernização econômica que transformaria Minas Gerais nas décadas seguintes.

Sua capacidade de reunir pessoas talvez tenha sido uma de suas maiores virtudes. Ao seu lado, estavam homens públicos da estatura de Israel Pinheiro, Lucas Lopes, José Maria Alkmin, Américo Renné Giannetti, Bias Fortes, Renato Azeredo e tantos outros que entendiam que grandes realizações nunca são obras individuais; são fruto de equipes comprometidas com um projeto maior que seus interesses pessoais. Este talvez seja um dos maiores ensinamentos de Juscelino: líderes verdadeiros não centralizam talentos; despertam talentos.

Em 1955, renunciou ao cargo de governador, tendo assumido as funções seu vice, Clóvis Salgado. No mesmo ano, o Brasil escolheu JK, do PSD, para a presidência da República, numa eleição em que venceu o udenista Juarez Távora e o paulista Ademar de Barros. Sua posse, entretanto, como vimos no vídeo, não foi simples. O País vivia um dos momentos políticos mais delicados de sua história. Tentativas de impedir o cumprimento da vontade popular, encabeçadas por Carlos Lacerda, Carlos Luz e Café Filho, ameaçavam a normalidade constitucional, até que a firme atuação do Gen. Henrique Teixeira Lott assegurou o respeito à Constituição e a soberania do voto.

Desde o primeiro dia de governo, Juscelino encontrou enormes desafios: inflação elevada, limitações financeiras, pressões políticas, desconfianças nacionais e internacionais. Porém, nada disso diminuiu sua capacidade de sonhar. Juscelino jamais confundiu sonho com improvisação. Seu sonho tinha planejamento, tinha método e tinha metas. E seu Plano de Metas sintetizou essa visão extraordinária de País: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação. E, coroando esse projeto, a meta-síntese: a construção de Brasília e a mudança da capital federal para o interior como verdadeira afirmação de confiança no Brasil. Foi a demonstração de que uma nação pode decidir seu próprio destino quando acredita em si mesma. Ao lado de Niemeyer, Lúcio Costa, Bernardo Sayão, Israel Pinheiro e tantos brasileiros anônimos que ergueram a nova capital, Juscelino mostrou ao mundo que o Brasil era capaz de realizar aquilo que muitos consideravam impossível.

Mas a história também reserva momentos de profunda injustiça. Após o movimento político-militar de 1964, Juscelino teve seus direitos políticos cassados. Foi obrigado ao exílio. Aquele homem que havia inaugurado Brasília, recebido chefes de Estado e conduzido um dos períodos mais transformadores da história nacional passou a viver longe da terra que tanto amava. E, mesmo assim, não pregou o ressentimento, não alimentou o ódio, não incentivou a divisão. Continuou defendendo a democracia, o diálogo e a reconciliação nacional. Essa talvez tenha sido a sua maior vitória moral. Afinal, a grandeza de um estadista não se mede apenas quando exerce o poder; mede-se, sobretudo, na forma como enfrenta a adversidade.

Vivemos hoje tempos em que a política frequentemente se deixa consumir pelos extremos, pela intolerância, pelas respostas fáceis e pelas divisões permanentes. Juscelino nos recorda exatamente o contrário. Ele nos ensina que política é construção e diálogo, é capacidade de reunir pessoas diferentes em torno de objetivos comuns, é pensar nas próximas gerações e não apenas nas próximas eleições. Minas Gerais sempre ofereceu ao Brasil essa escola de equilíbrio. Foi assim com João Pinheiro e Afonso Pena, foi assim com Milton Campos e Pedro Aleixo, foi assim com Bias Fortes e Gustavo Capanema, foi assim com Renato Azeredo e Tancredo Neves, foi assim com Juscelino Kubitschek.

O chamado jeito mineiro de fazer política jamais significou omissão; significa responsabilidade, temperança, capacidade de ouvir, respeito à palavra dada, construção paciente de consensos. Talvez esteja justamente aí uma das maiores contribuições que

Minas pode voltar a oferecer ao Brasil. Nosso estado precisa reassumir seu protagonismo nacional, não pela imposição, não pelo confronto, mas pela inteligência política, pela capacidade de diálogo, pelo compromisso com as instituições e pela construção de grandes projetos nacionais. O Brasil continua necessitando de líderes que pensem grande, que inspirem confiança, que compreendam que nenhuma nação alcança seu destino quando permanece aprisionada em conflitos menores.

Senhoras e senhores, Juscelino frequentou inúmeras vezes o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Ali participou de solenidades e encontros intelectuais. Foi presidente de honra de nossa instituição e sempre foi um grande entusiasta do trabalho desenvolvido pela Casa de João Pinheiro. Essa relação muito nos honra. O instituto acredita exatamente naquilo que inspirou a vida de JK. As grandes transformações nascem do conhecimento, da cultura, da ética e da consciência histórica. Nosso trabalho não é apenas o de preservar documentos históricos. Preservamos ideias, preservamos exemplos, preservamos valores, porque o povo sem memória perde sua identidade, e uma sociedade sem identidade dificilmente encontrará seu futuro.

Senhoras e senhores, há homens cuja biografia pertence à sua família. Outros pertencem ao seu tempo. Pouquíssimos pertencem definitivamente à história. JK pertence à história. Enquanto houver brasileiros capazes de acreditar que desenvolvimento e democracia caminham juntos, enquanto houver homens públicos que compreendam que governar é servir, enquanto Minas Gerais continuar oferecendo ao Brasil o exemplo da moderação, do diálogo e da construção coletiva, Juscelino permanecerá entre nós.

Permitam-me concluir com palavras atribuídas ao próprio presidente Juscelino, que sintetizam sua extraordinária visão de mundo: “O otimista pode errar. O pessimista já começa errando”. Cinquenta anos após sua partida, o Brasil continua precisando desse mesmo otimismo. Não de um otimismo ingênuo, mas daquele que trabalha, constrói, une e realiza. Esse foi o legado de Juscelino. Que saibamos honrar seu legado e manter viva a esperança no Brasil que ele sonhou e ajudou a construir. Muito obrigado.

Palavras do Presidente

Boa noite a todos. Começo cumprimentando o Antônio Marcos Nohmi, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Cumprimento minha colega, minha amiga Maria Clara Marra, que tem feito um belíssimo trabalho nesta Assembleia. Não poderia ser diferente. Eu fui colega do pai dela, aqui na Assembleia, e agora tenho a honra de ser colega da Maria Clara também. Acho que estou ficando velho, Maria Clara, mas ainda vamos estar por aí. Quero cumprimentar a desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta, que representa o nosso TJ; o ex-governador Eduardo Azeredo, aqui presente, com quem aproveitei para trocar algumas figurinhas sobre política; Serafim Melo Jardim, do Museu Casa de JK, em Diamantina. Eu estive lá e tive a honra de ser recebido pelo senhor. Talvez o senhor não se lembre disso, pois recebe muita gente lá, mas eu me lembro. Devo haver até uma foto com o senhor lá. Cumprimento também José Carlos Serufo, representando a Academia de Medicina de Minas Gerais.

Senhoras e senhores, é com muita honra que ocupo esta tribuna, no Plenário que tem o privilégio de trazer o nome de Juscelino Kubitschek, para prestar homenagem a um dos maiores estadistas que este país já conheceu. Reunimo-nos hoje para marcar duas datas que se entrelaçam na história do Brasil: os 50 anos do seu falecimento e os 70 anos de sua posse como presidente da República, datas que celebramos com ênfase ainda maior por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, que, em parceria com diversas instituições do País, promove, ao longo de 2026, o Ano JK, um amplo programa de homenagens dedicado à memória de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Diamantina, joia do século XVIII, deu ao Brasil um homem que carregava em si a herança dos inconfidentes: uma visão do futuro comprometida com a liberdade. Foi ali que Juscelino se formou como homem, antes de partir ao encontro do seu destino histórico, o velho sonho da integração do Brasil e dos brasileiros. Integrar sempre foi sua vocação. Como prefeito de Belo Horizonte, conduziu a cidade rumo à modernidade, num movimento de abertura ao cosmopolitismo e ao progresso do qual a Pampulha permanece como símbolo maior. Como governador de Minas Gerais, dedicou-se às melhorias do setor energético, à abertura de estradas, unindo um território que antes se dispersava em várias Minas regionais. E, por fim, Brasília coroou essa vocação: o Brasil

deslocou-se definitivamente do litoral para o centro, ganhando um coração e passando a se articular de forma equilibrada, como um corpo único.

As iniciais de seu nome tornaram-se símbolo de uma época. Os anos JK foram apenas 5, mas, como dizia seu próprio lema eleitoral, continuam valendo por 50. Foram anos de crescimento econômico extraordinário, de desenvolvimento industrial, de grandes obras e de confiança no futuro. Mas foram também anos em que a democracia encontrou espaço para o diálogo, para a conciliação e para a construção de consensos. O próprio Juscelino Kubitschek sintetizou essa disposição de olhar para frente e afirmar: ‘o otimista pode errar, mas o pessimista já começa errando’. A frase traduz, de maneira singular, o espírito que orientou a sua vida pública: a convicção de que o desenvolvimento de uma nação depende também da capacidade de acreditar em seu próprio potencial de transformar essa confiança em ação.

Juscelino não se conformou com a ideia de que o Brasil seria sempre apenas o País do futuro. Ao contrário, procurou fazer do futuro uma obra do presente, e talvez essa seja uma das maiores lições que o seu legado oferece. Em tempos que novamente nos desafiam a pensar o desenvolvimento, a modernização e a integração do Brasil, a trajetória de JK nos lembra que grandes projetos nacionais exigem planejamento, coragem, capacidade de diálogo e, acima de tudo, confiança na possibilidade de realizar.

Ao mesmo tempo, ao homenagear Juscelino Kubitschek, não podemos esquecer as provocações que também marcaram sua trajetória. Durante o regime militar, teve seus direitos políticos cassados e viveu no exílio, só retornando ao Brasil na década de 1970. Morreria em um trágico acidente rodoviário, episódio que só recentemente teve sua causa esclarecida em definitivo, depois de investigações da Comissão da Verdade. Neste contexto, quando vivemos hoje uma etapa difícil da nossa história, a lição de Kubitschek se torna urgente: a lição do entendimento, do diálogo e do consenso como caminhos para retomar a nossa rota do crescimento.

Precisamos, mais do que nunca, resgatar a autoestima que esse excepcional mineiro trouxe ao Brasil quando o mundo já não olhava apenas para o País do futuro, mas para um país que construía, com otimismo, seu presente. Esse é o sentimento coletivo que o Ano JK nos convida a resgatar. Não seria possível fazer esse resgate sem reconhecer o papel essencial do Instituto Geográfico de Minas Gerais, que se destaca a décadas como depositário das tradições do nosso estado, guardião da memória que hoje nos permite, com rigor histórico e sensibilidade cívica, celebrar o legado de Juscelino Kubitschek.

Que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais continue sendo espaço de conciliação, de futuro e de esperança: os mesmos valores que Juscelino Kubitschek de Oliveira, o mineiro de Diamantina, dedicou à construção do Brasil. Muito obrigado.

A locutora – Após o encerramento regimental, ouviremos a apresentação musical do Coral da Aslemg, com regência de Guilherme Bragança. Eles apresentarão as seguintes músicas: *Peixe vivo*, canção popular de autor desconhecido – pertence ao folclore da cidade de Diamantina; e *Jardim da fantasia*, de Paulinho Pedra Azul, com arranjo de Dora Torres.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 10, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/7/2026

Às 9h9min, comparece à reunião a deputada Ana Paula Siqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o caso do falecimento da bebê de 3 meses no Município de Buritis com foco na avaliação das

políticas públicas de atenção integral à saúde materno-infantil e no suporte institucional e social oferecido às mães e cuidadoras no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Danyella Moreira Domingues, assessora da Diretoria do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, representando a presidenta; Jéssica Pereira da Costa e Silvanilde Aparecida Marciano Pereira, respectivamente mãe e avó da vítima; Lírica Salluz Mattos Pereira, diretora de Gestão da Integralidade do Cuidado da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, representando o secretário; Camila Silva de Almeida, agricultora familiar; e Carolina Neves da Cruz, assessora institucional; e dos Srs. Warley Ferreira da Silva, pai da vítima; Fábio Augusto de Castro Guerra, conselheiro do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, representando o presidente; Anderson Macedo Ramos, diretor de Vigilância em Serviços de Saúde da Superintendência de Vigilância Sanitária da SES, também representando o secretário; Edvaldo Soares de Sousa, presidente do PT de Buritis e presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Buritis. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Registra-se a presença do deputado Ricardo Campos. Logo após, passa-se a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2026.

Ana Paula Siqueira, presidente.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 15/7/2026

Às 10h3min, comparecem à reunião os deputados Arlen Santiago, Doutor Wilson Batista, Carlos Pimenta e Lucas Lasmar, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Delegado Christiano Xavier. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Secretaria de Estado de Saúde publicado no *Diário do Legislativo* em 10/7/2026. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designa como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.109/2023 (Carlos Pimenta) e 3.987/2025, no 2º turno; 5.231/2026, no 1º turno (Doutor Wilson Batista), e 378/2023, em turno único (Lucas Lasmar). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.027/2024 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Arlen Santiago). Registra-se a presença do deputado Lucas Lasmar. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Arlen Santiago (em virtude de redistribuição), que opina pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.152/2025 na forma do vencido no 1º turno, é recebida a Proposta de Emenda nº 1, de autoria do deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, é aprovado o parecer e é rejeitada a Proposta de Emenda nº 1, registrando-se voto favorável do deputado Lucas Lasmar. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 18.661/2026. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.546/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 22.694, 22.781 e 22.787/2026. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 22.829/2026, do deputado Charles Santos, em que requer seja realizada audiência pública para debater, no âmbito da campanha “Setembro amarelo”, com a presença de integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Família e da Vida, a importância da promoção da saúde mental entre pequenos e microempreendedores;

nº 22.927/2026, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde, à Secretaria de Estado de Saúde e ao Ministério da Saúde pedido de providências para apuração da notícia de desativação de 10 leitos de centro de terapia intensiva do Hospital São João de Deus, no Município de Santa Luzia, e de seus impactos sobre a continuidade da assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde, com a adoção das medidas que especifica.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2026.

Lucas Lasmar, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/8/2026, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.991/2022, da deputada Beatriz Cerqueira.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.518/2022, do deputado Doutor Jean Freire; e 5.056/2026, da deputada Leninha.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 18.302/2026, do deputado Betinho Pinto Coelho.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada à apresentação e à entrega dos relatórios das visitas técnicas realizadas pela comissão às unidades escolares leiloadas no Edital de Concorrência Internacional nº 1/2026 a representantes do Tribunal de Contas, da Fórum Estadual Permanente de Educação, do Ministério Público de Contas, do Ministério Público, do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais e da Secretaria de Estado de Educação.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 11/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 116/2026, da deputada Bella Gonçalves.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.403/2021, do deputado Dalmo Ribeiro; 116/2023, do deputado Doutor Jean Freire; 3.289/2025, do deputado Betinho Pinto Coelho; 4.016 e 4.224/2025, do deputado Noraldino Júnior; 4.516/2025, do deputado Duarte Bechir; 4.608/2025, do deputado Carlos Henrique; 4.874/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes; 4.956/2025, do deputado Mauro Tramonte; 4.972/2025, do deputado Gil Pereira; 5.022/2026, do deputado Rafael Martins; 5.065/2026, do deputado Adriano Alvarenga; 5.139/2026, do deputado Sargento Rodrigues; 5.141/2026, do deputado Coronel Henrique; 5.161/2026, do deputado Lucas Lasmar; 5.520 e 5.523/2026, do deputado Charles Santos; 5.533/2026, da deputada Andréia de Jesus; 5.535/2026, do deputado Enes Cândido; 5.580 e 5.599/2026, do deputado Doutor Jean Freire; 5.624/2026, da deputada Alê Portela; e 5.649/2026, do deputado Enes Cândido.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.204/2024, do deputado Fábio Avelar; 4.381/2025, do deputado Enes Cândido; 4.695/2025, do deputado Leleco Pimentel; 5.132/2026, do deputado Adriano Alvarenga; 5.400/2026, da deputada Lohanna; 5.438/2026, do deputado Doutor Paulo; 5.518/2026, do deputado Adriano Alvarenga; 5.576/2026, do deputado Adaleclever Lopes; 5.606/2026, do deputado Cristiano Silveira; 5.644/2026, do deputado Lucas Lasmar; 5.763/2026, do deputado Adaleclever Lopes; 5.770/2026, do deputado Carlos Pimenta; e 5.771/2026, do deputado Zé Laviola.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 11/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.426/2026, do deputado Raul Belém.

Requerimento nº 19.173/2026, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DA HABITAÇÃO E DA REFORMA URBANA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 11/8/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a situação da Ocupação Zezéu Ribeiro e Norma Lúcia, instalada no prédio onde funcionava o antigo Instituto Nacional do Seguro Social, na região central de Belo Horizonte, que será reformado para assegurar moradia digna às 88 famílias que nele residem e resistem desde 2015.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 11/8/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 11/8/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4.614/2025, do deputado Bruno Engler.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.758/2023, da deputada Nayara Rocha; 5.312/2026, da deputada Ana Paula Siqueira e outras; e 5.490/2026, do deputado Thiago Cota.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.385/2026, da deputada Carol Caram.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.863/2024, do deputado Lucas Lasmar.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.978/2025, do deputado Professor Cleiton.

Requerimento nº 18.986/2026, da deputada Alê Portela.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.474/2025, do deputado Charles Santos.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.085/2023, da deputada Alê Portela.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.393/2024, do deputado Rodrigo Lopes.

Requerimentos nºs 18.008/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes; 18.297/2026, do deputado Dalmo Ribeiro; 18.570 e 18.580/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes; 18.643/2026, da deputada Delegada Sheila; e 19.172/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.973/2025, do deputado Lucas Lasmar, e 5.505/2026, da deputada Maria Clara Marra.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.938/2024, do deputado Betinho Pinto Coelho, 3.783/2025, do deputado Cristiano Silveira, e 3.968/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 11/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 18.665, 18.982, 18.987, 18.989 e 18.990/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes; 18.949/2026, da deputada Leninha e do deputado Antonio Carlos Arantes; 18.984/2026, da deputada Alê Portela; e 19.055/2026, do deputado Coronel Henrique.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 11/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 11/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/8/2026, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de debater, em audiência pública, o risco iminente à ordem pública, à vida, à integridade física de cidadãos e à paz social decorrente do conflito gerado pelo inadimplemento da Matec Engenharia nas obras de expansão do Aeroporto de Uberlândia.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2026.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/8/2026, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 19.061 e 19.062/2026, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2026.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a deputada Chiara Biondini e os deputados Enes Cândido, Antonio Carlos Arantes, Cristiano Silveira, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/8/2026, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 3.830/2025, do deputado Enes Cândido; de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 96/2026, do deputado Lucas Lasmar; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2026.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leleco Pimentel, Caporezzo, Dalmo Ribeiro e Rodrigo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/8/2026, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação da regularização dos títulos de posse e propriedade do Bairro São Bernardo, em Belo Horizonte, bem como a inclusão do referido bairro na Regularização Fundiária Urbana.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2026.

Arnaldo Silva, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Nos termos regimentais, convoco a deputada Amanda Teixeira Dias e os deputados Mário Henrique Caixa e Bosco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/8/2026, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 4.830/2025, do deputado Duarte Bechir, e 5.714/2026, do deputado Tito Torres, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2026.

Coronel Henrique, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Carol Caram e Marli Ribeiro e os deputados Rodrigo Lopes e Adriano Alvarenga, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/8/2026, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2026.

Leleco Pimentel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Lud Falcão e Marli Ribeiro e os deputados Dr. Maurício e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2026, às 10 horas, em Prata, com a finalidade de, em audiência pública, debater a expansão da conectividade rural e os desafios da infraestrutura de telecomunicações no setor sucroenergético do Triângulo Mineiro.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2026.

Raul Belém, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 10/8/2026, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Adaisa Martins Campos Cardoso, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio Bouças;

nomeando Camila Vasconcelos, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio Bouças;

nomeando Letícia Coelho Lages, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputado Zé Laviola;

nomeando Milena Pagani Cotrim, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Lud Falcão.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 25.240, de 9/5/2025, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 7/1/2026, a servidora Mônica Cristina Ferreira Silva, Matrícula nº 18.648/1, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo, na especialidade de redator-revisor, padrão VL-63, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 73/2026**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público o adiamento, para o dia 26/8/2026, às 14 horas, da sessão pública do pregão eletrônico do processo em epígrafe, que tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de suporte à gestão patrimonial e de materiais, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, devido à necessidade de alteração do Anexo VI (planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo), bem como do subitem 6.3 do edital.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2026.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.